

PLANO DE AÇÕES
ARTICULADAS

PROPOSTAS,
CENÁRIOS E
DESAFIOS

Série Educação Geral, Educação Superior e Formação Continuada do Educador

Editora Executiva

Prof.ª. Dra. Maria de Lourdes Pinto de Almeida – Unoesc/Unicamp

Conselho Editorial Educação Nacional

Prof. Dr. Afrânio Mendes Catani – USP

Prof.ª. Dra. Anita Helena Schlesener – UFPR/UTP

Prof.ª. Dra. Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira – Unicamp

Prof. Dr. João dos Reis da Silva Junior – UFSCar

Prof. Dr. José Camilo dos Santos Filho – Unicamp

Prof. Dr. Lindomar Boneti – PUC / PR

Prof. Dr. Lucidio Bianchetti – UFSC

Prof.ª. Dra. Dirce Djanira Pacheco Zan – Unicamp

Prof.ª. Dra. Maria Eugenia Montes Castanho – PUC / Campinas

Prof.ª. Dra. Maria Helena Salgado Bagnato – Unicamp

Prof.ª. Dra. Margarita Victoria Rodríguez – UFMS

Prof.ª. Dra. Marilane Wolf Paim – UFFS

Prof.ª. Dra. Maria do Amparo Borges Ferro – UFPI

Prof. Dr. Renato Dagnino – Unicamp

Prof. Dr. Sidney Reinaldo da Silva – UTP / IFPR

Prof.ª. Dra. Vera Jacob – UFPA

Conselho Editorial Educação Internacional

Prof. Dr. Adrian Ascolani – Universidad Nacional do Rosário

Prof. Dr. Antonio Bolívar – Facultad de Ciencias de la Educación/Granada

Prof. Dr. Antonio Cachapuz – Universidade de Aviero

Prof. Dr. Antonio Teodoro – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Prof.ª. Dra. Maria del Carmen L. López – Facultad de Ciencias de La Educación/Granada

Prof.ª. Dra. Fatima Antunes – Universidade do Minho

Prof.ª. Dra. María Rosa Misuraca – Universidad Nacional de Luján

Prof.ª. Dra. Silvina Larripa – Universidad Nacional de La Plata

Prof.ª. Dra. Silvina Gvirtz – Universidad Nacional de La Plata



ESTA OBRA FOI IMPRESSA EM PAPEL RECICLATO 75% PRÉ-CONSUMO, 25 % PÓS-CONSUMO, A PARTIR DE IMPRESSÕES E TIRAGENS SUSTENTÁVEIS. CUMPRIMOS NOSSO PAPEL NA EDUCAÇÃO E NA PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE.

Alda Maria Duarte Araújo Castro
Vera Lúcia Jacob Chaves
Marcelo Soares Pereira da Silva
(organizadores)

PLANO DE AÇÕES
ARTICULADAS

PROPOSTAS,
CENÁRIOS E
DESAFIOS

MERCADO[®]
LETRAS

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Plano de ações articuladas : propostas, cenários e desafios /
Alda Maria Duarte Araújo Castro, Vera Lúcia Jacob Chaves,
Marcelo Soares Pereira da Silva, (organizadores). – Campinas,
SP : Mercado de Letras, 2016. – (*Série Educação Geral,
Educação Superior e Formação Continuada do Educador*)

Vários autores.

ISBN 978-85-7591-422-9

1. Educação 2. Gestão educacional 3. Plano de Ações
Articuladas (PAR) 4. Política pública 5. Políticas educacionais
6. Prática pedagógica 7. Professores – Formação I. Castro,
Alda Maria Duarte Araújo. II. Chaves, Vera Lúcia Jacob. III.
Silva, Marcelo Soares Pereira da. IV. Série.

16-02783

CDD-379.81

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Plano de Ações Articuladas :
Política educacional 379.81

capa e gerência editorial: Vande Rotta Gomide
preparação dos originais: Editora Mercado de Letras

ESTA OBRA CONTOU COM O APOIO
DA **CAPES** PARA A SUA PUBLICAÇÃO

DIREITOS RESERVADOS PARA A LÍNGUA PORTUGUESA:

© MERCADO DE LETRAS®

VR GOMIDE ME

Rua João da Cruz e Souza, 53

Telefax: (19) 3241-7514 – CEP 13070-116

Campinas SP Brasil

www.mercado-de-letras.com.br

livros@mercado-de-letras.com.br

1ª edição

SETEMBRO/2016

IMPRESSÃO DIGITAL

IMPRESSO NO BRASIL

Esta obra está protegida pela Lei 9610/98.
É proibida sua reprodução parcial ou total
sem a autorização prévia do Editor. O infrator
estará sujeito às penalidades previstas na Lei.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
capítulo 1	
O PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS NO CONTEXTO DO FEDERALISMO BRASILEIRO	19
<i>Rute Regis de Oliveira da Silva e Antônio Cabral Neto</i>	
capítulo 2	
A NOVA GESTÃO PÚBLICA E OS DESDOBRAMENTOS PARA OS PLANOS E PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS	49
<i>Alda Maria Duarte Araújo Castro, Daniela Cunha Terto e Maria Wanessa do Nascimento Barbosa</i>	
capítulo 3	
O PLANEJAMENTO NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA NO PERÍODO DE 2003 A 2010.	75
<i>Cecília Carolina Simeão de Freitas e Marcelo Soares Pereira da Silva</i>	
capítulo 4	
POLÍTICAS E CONCEPÇÕES DE AVALIAÇÃO: UM ESTUDO DE DISSERTAÇÕES DEFENDIDAS NA ÁREA EDUCACIONAL.	111
<i>Luciane Terra dos Santos Garcia, Danielle Marques de Paula Moura e Gersonita Paulino de Sousa Cruz</i>	

capítulo 5	
PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS: CONTROLE DO PODER CENTRAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA NO ÂMBITO DE MUNICÍPIOS NO BRASIL VIA INSTRUMENTAÇÃO LEGAL	137
<i>Laurimar de Matos Farias e Raimundo Sousa</i>	
capítulo 6	
A PRÁTICA PEDAGÓGICA, A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS (PAR): PRINCÍPIOS E CONCEPÇÕES	159
<i>Lucia de Fatima Valente e Maria Simone F. P. Moreira Costa</i>	
capítulo 7	
A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E O PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS: PERCURSOS DE UMA INVESTIGAÇÃO.	173
<i>Bruna Lorena Barbosa Moraes, Marielle Cardoso Marra e Diva Souza Silva</i>	
capítulo 8	
FORMAÇÃO CONTINUADA E PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE NOS MUNICÍPIOS DE BELÉM E CAMETÁ	205
<i>Odete da Cruz Mendes e Arlete Maria M. de Camargo</i>	
capítulo 9	
PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS (2007-2011): CONTEXTOS E DESAFIOS DA DIMENSÃO INFRAESTRUTURA E RECURSOS DIDÁTICOS EM MUNICÍPIOS DO RN	243
<i>Magna França</i>	
capítulo 10	
O PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS – PAR E O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO EM MUNICÍPIOS PARAENSES	277
<i>Dalva Valente G. Gutierrez e Vera Lúcia Jacob Chaves</i>	
SOBRE OS AUTORES.	309

APRESENTAÇÃO

A coletânea intitulada *Plano de Ações Articuladas: propostas, cenários e desafios* é resultado da produção de pesquisadores em políticas educacionais, das Universidades Federais do Rio Grande do Norte, Pará e Uberlândia integrantes do projeto “Avaliação do Plano de Ações Articuladas (PAR): um estudo em municípios dos estados do Rio Grande do Norte (RN), Pará (PA) e Minas Gerais (MG) no período de 2007 a 2011”. O projeto financiado no âmbito do programa do Observatório da Educação/2012, objetiva analisar a implantação do PAR enquanto uma política pública no contexto das atuais políticas educacionais, tendo como premissa a compreensão de que o desenvolvimento dessas políticas são conduzidas por um processo que se consubstancia em um determinado momento histórico e contempla vários elementos, por vezes, contraditórios, mas que, de modo geral, respondem ao ritmo e à direção impressos pelo reordenamento do sistema capitalista.

Esta compreensão das políticas educacionais implica um movimento de investigação e análise capaz de apreender a dinâmica do real no processo de produção histórica das ações e relações que se estabelecem permanentemente no contexto da sociedade em que estas políticas são formuladas e implementadas. Nesse sentido, ainda que se tome como objeto de investigação um aspecto ou dimensão específica de determinada política pública, como é o caso do PAR,

há de se considerar que este objeto na sua totalidade histórica, enquanto síntese de diferentes determinações, econômicas, sociais, políticas, culturais.

Este caminho metodológico nos conduziu a uma matriz epistemológica que fosse além de um paradigma estático, mecânico, linear de pesquisa e de apreensão da realidade. Para além desta perspectiva, o presente estudo busca explicitar as mediações e as contradições que engendram as políticas educacionais, seus processos de formulação e suas implicações nos sistemas e redes de ensino. Desse modo, a definição dos elementos e dimensões considerados na presente pesquisa e que estruturam e organizam esta coletânea, foram definidos não *a priori*, como algo dado e que está posto, preliminarmente, pelos pesquisadores. Ao contrário, esta definição decorreu do próprio movimento de aproximação e distanciamento teórico, conceitual com o próprio objeto de estudo, tomado e apreendido de modo contextualizado, processual.

Por estes elementos se depreende que a pesquisa contempla tanto aspectos qualitativos quanto aspectos quantitativos, estes últimos alicerçados nas bases de dados do Censo Escolar organizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Pedagógicas (INEP). Neste momento da pesquisa se procurou privilegiar nestas bases de dados informações concernentes à infraestrutura, recursos e condições pedagógicas das escolas e valorização dos profissionais da educação.

Além destes aspectos, como se poderá observar, também se priorizou neste momento da pesquisa a realização de uma densa e profunda análise dos marcos legais e instrumentos normativos que estruturaram as atuais políticas educacionais implementadas em torno e a partir do PAR.

No contexto das políticas educacionais implementadas no período de 2007 a 2011, o Plano de Ações Articuladas (PAR), previsto no âmbito do Decreto 6.094, de 24 de abril de 2007 que instituiu o Plano de Metas: Compromisso Todos Pela Educação fora apresentado como uma importante estratégia com vistas à se

promover mudanças no campo educacional brasileiro uma vez que, segundo se anunciava, por meio dele se avançaria na direção de uma visão de planejamento sistêmico e no fortalecimento do regime de colaboração entre União, Estados, Municípios e Distrito Federal, com vistas à melhoria dos índices educacionais dos municípios brasileiros. A aferição destes índices, a partir do Decreto em tela, seria feita por meio do acompanhamento da evolução do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

O PAR está organizado em torno de quatro dimensões fundamentais: gestão educacional; formação de professores e dos profissionais de serviços e apoio escolar; práticas pedagógicas e avaliação e recursos pedagógicos e infraestrutura física. A adesão ao Compromisso previsto no Decreto nº 6.094/2007 passou a nortear o apoio suplementar e voluntário da União aos Municípios, Distrito Federal e Estados no funcionamento das redes públicas de educação básica e trazia como implicação a obrigação de cada ente da federação elaborar seu respectivo PAR. A presente pesquisa se constitui em oportunidade privilegiada de acompanhamento e avaliação das possíveis mudanças ocorridas em municípios do Rio Grande do Norte, de Minas Gerais e do Pará, nos quais estão em processo de implementação o PAR. A preocupação dos pesquisadores centra-se em questões como: a) a implementação do PAR tem contribuído com a sistematização do regime de colaboração entre os entes federados, especificamente no que se refere às relações intergovernamentais nos municípios pesquisados? b) a implementação do PAR contribuiu para melhorar os indicadores educacionais em municípios dos estados do RN, PA e MG, considerando as quatro dimensões do programa, como: a gestão educacional, a infraestrutura e recursos pedagógicos, a formação de profissionais da educação e nas práticas pedagógicas de avaliação dos municípios pesquisados?

Considerando a complexidade do objeto de estudo definiu-se por uma matriz epistemológica que fosse além de um paradigma estático e mecânico de pesquisa. O estudo, portanto, buscou explicitar as mediações e as contradições, entre as diretrizes das

políticas educacionais e suas implicações nos sistemas de ensino. A pesquisa contempla aspectos qualitativos e quantitativos e utilizará a base de dados do INEP, especificamente, do Censo Escolar identificando informações de infraestrutura das escolas e recursos pedagógicos, valorização dos profissionais da educação, e as condições pedagógicas das escolas, de modo a avaliar o impacto da implementação do PAR na melhoria dessas escolas, no período do estudo até 2011, em face dos recursos recebidos.

A pesquisa está sendo desenvolvida em cinco municípios de cada um destes Estados. No estado do Rio Grande do Norte, os municípios selecionados foram: Acari, Mossoró, Natal, Riachuelo e São José do Campestre. No estado do Pará foram selecionados os municípios de Abaetetuba, Altamira, Belém, Cametá e Castanhal. No estado de Minas Gerais os municípios pesquisados foram Araguari, Belo Horizonte, Ituiutaba, Monte Alegre de Minas e Uberlândia. Na primeira etapa da pesquisa foi feito o levantamento socioeconômico e histórico e analisados os Planos de Ações Articuladas dos quinze municípios pesquisados, além do levantamento dos dados educacionais no Censo Escolar referente aos anos de 2007 e 2012. Na segunda etapa da pesquisa estão sendo realizadas entrevistas com sujeitos selecionados nos quinze municípios, com o objetivo de complementar as informações sobre a elaboração e acompanhamento do PAR.

Essa coletânea apresenta os primeiros resultados contemplando aspectos dos 03 Estados da Federação que participam da pesquisa e análise das 04 (quatro) dimensões do PAR, ou seja, Gestão Educacional, Formação de Professores e dos Profissionais de Serviços e Apoio Escolar, Práticas Pedagógicas e Avaliação, Infraestrutura Física e Recursos Pedagógicos. Os textos contemplam também análise de todas as dimensões do Plano de Ações Articuladas.

A coletânea foi estruturada em 10 capítulos que buscam explicitar e analisar a problemática da implementação do Plano de

Ações Articuladas em municípios do RN, do PA e de MG em suas múltiplas dimensões e perspectivas, considerando o novo modelo de gestão educacional previsto na concepção e nas diretrizes do PAR.

O primeiro capítulo intitulado *O Plano de Ações Articuladas no contexto do federalismo brasileiro* de autoria de Rute Regis de Oliveira da Silva e Antônio Cabral Neto, objetiva analisar o Plano de Ações Articuladas (PAR), enquanto um programa do governo federal (2007), que tem como finalidade contribuir para o planejamento educacional dos estados e municípios brasileiros. O capítulo evidencia que o PAR foi concebido para responder aos desafios delineados no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e fortalecer o regime de colaboração entre os entes federados no que concerne à educação. Discute sinteticamente, sobre o federalismo, como modelo institucional, a fim de compreender o federalismo cooperativo desenhado na Constituição Federal de 1988, e sua repercussão na educação brasileira, e, mais, especificamente, a relação entre o modelo cooperativo e o plano de ações articuladas.

O segundo capítulo denominado *A Nova Gestão Pública e os desdobramentos para os planos e programas governamentais*, de autoria de Alda Maria Duarte Araújo Castro, Daniela Cunha Terto e Maria Wanessa do Nascimento Barbosa – UFRN, tem como objetivo analisar o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação e o Plano de Ações Articuladas como instrumentos de planejamento da política educacional, à luz dos conceitos da Nova Gestão Pública. Parte do pressuposto de que as políticas educacionais, como, por exemplo, a gestão educacional, não são neutras; elas se realizam em contexto histórico e contraditório em que classes e grupos se confrontam em defesa de seus interesses. Na atualidade, em um contexto de mudanças sociais, econômicas e políticas, o Estado vem assumindo uma nova função redimensionada pelas políticas neoliberais deixando de ser executor de ações para controlar e avaliar as políticas públicas. Essa nova função, assumida pelo Estado, exigiu mudanças no aparelho administrativo do Estado, que

vem substituindo o modelo de gestão burocrática, para uma gestão de cunho gerencial.

O capítulo se estrutura para discutir, em primeiro plano, os elementos contextuais que influenciaram a reforma da administração pública da década de 1990 e instituíram um novo modelo de gestão, originário das empresas privadas. A segunda parte apresenta as características da Nova Gestão Pública (NGP) e a terceira analisa a influência da NGP no campo educacional, tomando, como referência de análise, o Plano de Meta Compromisso Todos pela Educação e o Plano de Ações Articuladas enquanto mecanismos de planejamento e gestão. Por fim, apresenta algumas considerações finais que, embora não sejam conclusivas, traz elementos para subsidiar as discussões no campo da política educacional.

O terceiro capítulo denominado, *O planejamento no contexto das políticas de Educação Básica no período de 2003 a 2010*, da autoria de Cecília Carolina Simeão de Freitas e Marcelo Soares Pereira da Silva, se propõe a analisar marcos importante das políticas de educação básica no contexto do governo Lula (2003 a 2010) de modo a compreender as estratégias e o lugar que o planejamento educacional assume nestas políticas. A partir da pesquisa documental, destacou-se as principais políticas implementadas nesse período no âmbito da educação básica. As análises desenvolvidas evidenciaram que o planejamento educacional, em especial no segundo mandato de Lula da Silva (2007-2010) adquiriu maior centralidade nestas políticas, especialmente a partir do lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação e, no seu âmbito, do Plano de Ações articuladas.

O quarto texto é intitulado *Políticas e concepções de avaliação: um estudo de dissertações defendidas na área educacional*, da autoria de Luciane Terra dos Santos Garcia, Danielle Marques de Paula Moura e Gersonita Paulino de Sousa Cruz. O capítulo se propõe a analisar dissertações publicadas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações da Capes, no período de 2005 a 2011, que tratem da avaliação de sistemas e da aprendizagem.

Nos trabalhos que abordam a avaliação da aprendizagem, as autoras buscaram compreender as concepções de avaliação dos educadores, sobretudo, aqueles que enfocam as avaliações de sistemas, e que influenciam o trabalho escolar. No Banco de dissertações da Biblioteca Digital da Capes, as autoras levantaram o total de 27 dissertações publicadas, sendo que 18 abordam a avaliação da aprendizagem; 03, a autoavaliação institucional; 05, a avaliação de sistemas; e 01 discute o indicador de qualidade na avaliação em educação. Como recorte para os trabalhos analisados neste artigo, utilizaram, apenas, os que enfocassem o ensino fundamental regular. Em síntese foram analisadas, portanto, sete dissertações, sendo quatro sobre a avaliação da aprendizagem e três sobre a avaliação de sistemas.

Para compor este artigo as autoras também desenvolveram uma análise documental e da literatura possibilitando, assim, a contextualização das políticas e concepções de avaliação e uma melhor compreensão das dissertações. Assim, este artigo encontra-se dividido em três partes; na primeira, discute-se as políticas de avaliação da aprendizagem como integrante de um conjunto de mudanças na regulação educacional; em seguida, são destacadas as concepções de avaliação educacional, e, por último, analisam as dissertações de mestrado.

O quinto capítulo de Laurimar de Matos Farias e de Raimundo Sousa discute sobre as relações de poder existente nas políticas educacionais. O texto é intitulado *Plano de Ações Articuladas: controle do poder central na Educação Básica no âmbito de municípios no Brasil via instrumentação legal* se propõe a analisar e dialogar com os instrumentos legislativos que normatizam o planejamento, construção e execução do Plano de Ações Articuladas-PAR no sentido de compreender como este arcabouço jurídico efetiva o controle e a regulação da União sobre os demais entes federados. A análise, a partir de uma pesquisa documental, destaca os principais instrumentos jurídicos no período de 2007 a 2012 que estão diretamente relacionados com as orientações do

governo central na formulação deste plano, partindo do Decreto nº 6.094/2007 que dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação até a Lei nº 12.695/2012, que trata sobre o apoio técnico ou financeiro da União no âmbito do Plano de Ações Articuladas. Nas aproximações finais os autores apontam que a União tem estabelecido uma relação de controle e regulação sobre os entes federados na formulação de planos para educação básica, especialmente para com os municípios, pela via da instrumentação legal e o atendimento aos modelos unilaterais de proposições, o que dificulta o exercício da autonomia destes.

O sexto texto denominado *A prática pedagógica, a avaliação da aprendizagem no Plano de Ações Articuladas (PAR): princípios e concepções*, tem como autoras Lucia de Fatima Valente e Maria Simone Ferraz Pereira Moreira Costa. O capítulo analisa a dimensão três do Plano de Ações Articuladas (PAR) que trata da prática pedagógica e da avaliação da aprendizagem no contexto desse Plano. As autoras, com a finalidade de qualificar a discussão sobre a temática prática pedagógica e avaliação organizaram o texto da seguinte forma: uma reflexão sobre as práticas pedagógicas e a avaliação no contexto do PAR, com essa finalidade revisitaram as concepções de avaliação de autores como Luckesi (1995), Hoffmann (1998), Romão (2002), Freitas (1995, 2001, 2002, 2003) e de prática pedagógica, de autores como Veiga (1989), Barbosa (2010) entre outros, que se dedicaram ao estudo dessas temáticas numa perspectiva de superação de práticas pedagógicas e avaliativas restritas à verificação de desempenhos obtidos em exames. A opção por fazer tal discussão justifica-se pela compreensão que a concretização de políticas que primam pela melhoria da escola passa necessariamente pela clareza das concepções que norteiam o pensar e o fazer cotidianos.

O sétimo texto denominado *A formação de professores e o Plano de Ações Articuladas: percursos de uma investigação*, tem como autoras Bruna Lorena Barbosa Moraes, Marielle Cardoso Marra e Diva Souza Silva. O capítulo se propõe apresentar de forma

sucinta características qualitativas e quantitativas das dimensões que compõem o PAR nos municípios envolvidos. Para isso utilizam a base de dados do Ministério da Educação (MEC), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP), do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e do Censo Escolar. O Projeto de Avaliação do PAR está vinculado ao OBEDUC (Observatório da Educação). No texto as autoras discorrem sobre a coleta e análise de dados do PAR sobre a dimensão Formação de professores do município de Ituiutaba no ano de 2008 e 2011.

O oitavo capítulo, trata da *Formação continuada e profissionalização docente nos municípios de Belém e Cametá* e tem como autoras Odete da Cruz Mendes e Arlete Maria Monte de Camargo. O capítulo, foca a dimensão formação de professores e procura evidenciar a relação entre essa política e o regime de colaboração entre os entes federados, em especial entre a União e os municípios. Toma como referência o estado do Pará, a partir dos municípios de Belém e Cametá considerando algumas características que os diferenciam. As questões que orientaram a construção deste capítulo são as seguintes: Quais as demandas contidas no documento do PAR nesses municípios no que diz respeito à formação docente? Quais encaminhamentos foram considerados prioritários no que diz respeito à implementação pelas redes municipais de ações de formação continuada aos professores da educação infantil e Ensino Fundamental? Em que medida é possível afirmar se houve avanços no que diz respeito à formação continuada de professores e a profissionalização docente nessas redes de ensino? A metodologia adotada envolveu além da revisão bibliográfica pertinente, análise documental e dados estatísticos do Inep/Mec. Os resultados indicam que, apesar da centralidade assumida pela formação docente nos discursos oficiais, as estratégias adotadas não asseguram envolvimento efetivo dos entes federados, já que se observou que não há articulação entre as reais necessidades demandadas pelos municípios e o conjunto de ações previstas no PAR.

O nono capítulo denominado *Plano de Ações Articuladas (2007-2011): contextos e desafios da dimensão infraestrutura e recursos didáticos em municípios do RN*, é da autoria de Magna França. O estudo incide sobre as implicações do PAR – Dimensão Infraestrutura e Recursos Didáticos – no contexto de cinco municípios do estado do Rio Grande do Norte. Analisa as pontuações atribuídas pelos municípios no total de quatorze (14) Indicadores e as respectivas cinquenta e cinco (55) Ações dessa Dimensão, detalhadas em gráficos neste documento. Assim sendo, objetiva, além de conhecer a realidade local, verificar se, no cômputo geral, a citada Dimensão, ao ser desenvolvida com suas especificidades, vem contribuindo para um ambiente saudável e para a melhoria do rendimento do processo ensino-aprendizagem. Apresentam-se, pois, as experiências dos municípios selecionados cujas informações foram obtidas com a análise dos documentos norteadores e as legislações em nível nacional, principalmente, os Planos de Ações Articuladas municipais relativos a 2007-2011 e os seus respectivos relatórios realizados pelas equipes locais no decorrer do processo de monitoramento.

O décimo capítulo de Dalva Valente Guimarães Gutierrez e Vera Lúcia Jacob Chaves é denominado *O Plano de Ações Articuladas – PAR e o financiamento da educação em municípios paraense*. O objetivo do artigo é contribuir com a discussão acerca da responsabilidade de financiamento das ações educativas decorrentes do Plano de Ações Articuladas – PAR, considerando as relações federativas, de modo a responder questões como: a quem cabe a maior parcela de responsabilidade no financiamento das ações decorrentes do PAR: à União, aos Estados ou aos próprios municípios? Quais as principais fontes de financiamento da educação municipal e os seus respectivos montantes nos municípios de Altamira, Barcarena, Belém, Castanhal e Cameté? Qual o montante de recursos decorrentes do PAR em relação às despesas da função educação nos municípios? Os dados financeiros tiveram como fonte as planilhas do governo federal disponibilizadas eletronicamente no

Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação – SIOPE e no Portal do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. A exposição dos resultados está organizada em duas seções: na primeira as autoras tratam do Plano de Ações Articuladas – PAR e da política de financiamento da educação básica no Brasil; na segunda focalizam o financiamento da educação básica nos municípios de Altamira, Barcarena, Belém, Castanhal e Cametá, no período de 2007 a 2011 destacando os valores do FUNDEB, valores da Complementação da União ao FUNDEB, despesas com a função educação e percentuais do FUNDEB em sua composição. Por fim, apresentam as conclusões com algumas reflexões acerca dos resultados encontrados, visando cogitá-los com as perguntas que motivaram o estudo.

Espera-se com essa publicação, contribuir para os debates sobre as políticas educacionais e suas dimensões constitutivas. Em especial, objetiva-se trazer elementos que possibilitem uma análise crítica e contextualizada da implementação do Plano de Ações Articuladas, nos municípios do RN, PA e MG que participaram da pesquisa. Além disso, ela representa uma primeira síntese de um coletivo de pesquisadores – docentes e discentes – que em um esforço coletivo e colaborativo vem construindo novos caminhos para o campo de estudos das políticas educacionais em especial aquelas voltadas para a educação básica. Estes novos caminhos resultam, de um lado, da originalidade no tratamento do objeto de estudo em tela e, de outro, da condução metodológica na pesquisa se debruça sobre diferentes aspectos e dimensões destas políticas a partir da implementação do PAR em municípios de três estados brasileiros, as quais são tomadas em sua totalidade histórica.

Alda Maria Duarte Araújo Castro
Vera Lúcia Jacob Chaves
Marcelo Soares Pereira da Silva